

MEDIAÇÃO: TRANSFORMANDO CONFLITOS EM FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

Natalia Araujo de Lima; Lucas Farias; Barbara Canary Peres; Angela Torma Pietro.

Faculdade Anhanguera do Rio Grande - nathlima@aeedu.com

Faculdade Anhanguera do Rio Grande

Faculdade Anhanguera do Rio Grande

Angela Torma Pietro - angela.pietro@aeedu.com

1. INTRODUÇÃO

O Projeto de extensão “Mediação: um caminho à pacificação social” integra as ações de extensão da Faculdade Anhanguera do Rio Grande. Tendo como objetivo geral desenvolver ações práticas e reflexivas em mediação de conflitos junto ao Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade Anhanguera do Rio Grande, nas escolas municipais e junto ao Centro de Referência Especializado em Assistência Social – Medidas Sócioeducativas com a mediação familiar, escolar e justiça restaurativa. E como objetivos Específicos: - Prestar atendimento em mediação as famílias e a comunidade escolar; - Realizar palestras e encontros dialógicos junto a comunidade riograndina; - Produzir textos e artigos acadêmicos com os resultados alcançados.

O mesmo teve início no primeiro semestre de 2014 na modalidade de oficinas teóricas e práticas simuladas em mediação de conflitos para os acadêmicos do 9º e 10º semestre do Curso de Direito. Como os resultados foram positivos o mesmo passou a ser uma atividade permanente, além de dar início ao atendimento a comunidade riograndina com a mediação extrajudicial em casos de Direito de Família.

Entendemos que a mediação é um efetivo mecanismo de atuação na resolução dos conflitos, onde os envolvidos passam a protagonizar e decidir sobre suas querelas, sendo que as decisões são pactuadas e realizadas por eles mesmos, sendo o mediador um maestro na condução do processo de mediação.

2. METODOLOGIA

O caminho metodológico utilizado apresenta-se em duas vertentes para o desenvolvimento do trabalho proposto: Primeiro a preparação dos acadêmicos e depois a atuação junto à comunidade: Os acadêmicos passam por uma formação onde eles estudam os conteúdos básicos, além de realizarem atividades simuladas. Os conteúdos que são trabalhados são desenvolvidos em módulos temáticos: a) Módulo I - Mediação; b) Módulo II – O papel dos Mediadores, c) Módulo III – O processo de Mediação – FASE INICIAL; d) Módulo IV - O processo de Mediação – FASE INTERMEDIÁRIA; e) Módulo V – O processo de Mediação – FASE FINAL; f) Módulo VI – Modelos de Mediação – Início da Prática; g) Módulo VII – Prática; h) Módulo VIII – Prática.

Também são realizadas reuniões para estudos sobre o tema, debates sobre a mediação e suas características e como o mediador deve proceder durante o processo. Conforme o estudo foi sendo aprofundado o trabalho passou a ser também fora do ambiente acadêmico, ou seja, com trabalhos de campo junto ao Centro de Referência Especializado em Assistência Social – Medidas

Socioeducativas com a mediação familiar, escolar e justiça restaurativa, apoio junto ao Núcleo de Prática Jurídica para o atendimento a comunidade também são atividades desenvolvidas. Além dos atendimentos a comunidade semanalmente no Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade Anhanguera do Rio Grande.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

É importante ressaltar que todo conflito tem um ponto de partida, ou seja, uma divergência que pode ser uma briga entre vizinhos, um divórcio. Algo que mude a rotina dessas pessoas. Para que possamos entender como ajuda-las, precisamos estar dispostos a ouvi-las de forma que elas se sintam acolhidas, protegidas, confortáveis.

Para Lederach apud Bastos; Corrêa (2015, p. 16) : “*Não podemos resolver ou transformar um conflito se não o entendermos previamente*”. Assim como na mediação, em que temos a opção de ouvir os mediandos em separado ou em grupo, para que entendamos a respeito do problema.

Assim, para que haja a resolução do conflito, as partes precisam procurar um local que possa apresentar a eles reais garantias de comprometimento com a demanda apresentada e para isso a Faculdade Anhanguera do Rio Grande conta com um Núcleo de Práticas Jurídicas no qual os estudantes do 9º e 10º Semestre fazem estágio supervisionado com atendimento a comunidade, o projeto teve início em 2014 e até hoje mais de 200 acadêmicos já passaram por essa experiência em mediação. Todos os atendimentos realizados foram da esfera do Direito de Família envolvendo questões relacionadas a guarda de filhos e cuidados com idosos e pessoas com deficiência o que tem se verificado é a mudança na vida destas pessoas após a intervenção realizada, tendo em vista o maior fortalecimento de vínculos e um olhar mais cuidadoso em relação ao outro.

Cumpre destacar que, a proposta de trabalho buscou incentivar os acadêmicos a participarem de atividades extensionistas e que possuam relevância para a comunidade e como resultado tivemos um grande número de estudantes mais motivados e preparados para atuar na área social ao término da graduação. Entendemos que hoje as atividades de mediação alcançaram um espaço de grande relevância junto ao atendimento Núcleo de Prática Jurídica.

4. CONCLUSÕES

Entendemos que mudanças de perspectivas são necessárias a fim de estabelecer novos parâmetros a sociedade moderna, afinal nos transformamos todos os dias e com o direito não é diferente.

O cenário onde tínhamos apenas o juiz que decidia os litígios e as partes que tinham apenas o dever de mover o judiciário da inércia e aguardar o julgamento caiu por terra, pois hoje, as pessoas podem resolver seus problemas extrajudicialmente ou com algum remédio possessório, como a mediação, a conciliação, deixando de apenas aguardar que um terceiro intervenha em algo que elas podem resolver, afinal o judiciário está sobrecarregado e de forma amigável a solução é mais ágil e mais eficaz para todas as partes. O principal objetivo é a paz social.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, Simone de Almeida Ribeiro; CORRÊA, Marcelo. **Resolvendo conflitos de forma construtiva:** a contribuição de cada um para uma cultura da paz. Brasília: Universidade de Brasília - UNB, 2015.

PRUDENTE, Neemias Moretti. A mediação e os conflitos familiares. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XI, n. 52, abr 2008. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=2536>. Acesso em jun 2016.